



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

## **Parecer nº 130/2017**

**Assunto:** Análise do PL 95/2017 que cria função gratificada no quadro de servidores da Câmara Municipal.

**Autor:** Mesa da Câmara

**Interessado(s):** Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Ementa:** DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO MUNICIPAL. CRIA FUNÇÃO GRATIFICADA NO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL. PROJETO-LEI PROVENIENTE DO PODER LEGISLATIVO. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.

## **I. Relatório**

Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade do PL suprarreferido.

Atendidos os requisitos regimentais, situa-se, a proposição, em condições de análise. É o que basta relatar. Passa-se a fundamentar.

## **II. Fundamentação jurídica**

O Projeto-Lei em tela, oriundo do Poder Legislativo, que cria função gratificada no quadro de servidores da Câmara Municipal.

A proposição encontra-se em consonância com:

- *Constituição da República (Art. 49, XI; 51, IV e Art. 52, XIII);*
- *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (Art. 53, XXXV);*
- *LOM – Lei Orgânica Municipal (Art. 31, II);*
- *Resolução nº 8/15L/2009, Regimento Interno da Câmara (Art. 33, II).*



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL

---

## III. Conclusão

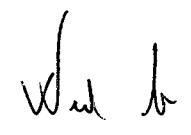
Diante do todo exposto, relativamente ao aspecto jurídico, entende-se ser, o PL 95/2017, perfeitamente Constitucional e Legal.

Destarte, encaminha-se à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (COJUR), nos termos do art. 69, I, do Regimento Interno para análise e deliberação.

É o parecer, que submete-se à devida consideração.

Novo Hamburgo, 14 de Agosto de 2017.

  
**Fernanda Vaz Luft**  
**OAB/RS 50.734**  
**Procuradora-Geral**

  
**Wedner Lacerda**  
**OAB/RS 95.106**  
**Procurador**